

ATA DA CXXXVII 137ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE de 11.06.12

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e doze, às dezoito horas e trinta e dois minutos, no auditório da Amunesc, Rua Max Colin, 1843, Centro, realizou-se a centésima trigésima sétima Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheiro Valmor João Machado, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida, procedeu a leitura da pauta da reunião: **1-EXPEDIENTES: 1-EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da Pauta da Reunião – 5'; **1.2** Aprovação das atas das assembleias dos dias 17.10.11 e 07.05.12 – 5'; **1.3** Comunicados e Informes da Secretaria Executiva – 15'; **2- ORDEM DO DIA: 2.1** Apresentação e aprovação do Parecer nº 09/12 da Comissão de Assuntos Internos, referente à prestação de contas do Abrigo Animal dos meses de julho, agosto e setembro – 10'; **2.2** Apresentação e aprovação do Parecer nº 10/12 da Comissão de Assuntos Internos, referente à prestação de contas do Abrigo Animal dos meses de outubro, novembro e dezembro -10'; **2.3** Apresentação e aprovação do Parecer nº 11/12 da Comissão de Assuntos Internos, referente à revisão da prestação de contas da ARCD do ano de 2009 – 10'; **2.4** Apresentação da programação da capacitação de conselheiros de saúde para o segundo semestre de 2012 – Comissão de Capacitação – 10'; **2.5** Apresentação do Plano de Implantação do Serviço de Referência em Hepatites Virais – 30'; **2.6** Apresentação e aprovação relativa à exames confirmatórios de HIV e Hepatite B e C – 15'; Foi solicitado inversão de Pauta, de modo que os itens 2.5 e 2.6 respectivamente passaram a ser 2.1 e 2.2. **A pauta e a inversão de Pauta foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. 1.2 As atas foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes;** Na sequência a conselheira Silvane F. Moro, do Conselho Local de Saúde Lagoinha relatou fato ocorrido na Maternidade Darcy Vargas (MDV), onde um recém nascido, morreu por insistência da equipe médica em realizar o parto normal, solicitando que o Conselho Municipal de Saúde investigue o acontecido. O presidente sugeriu o encaminhamento de um ofício à MDV solicitando explicações sobre a situação exposta pela conselheira Silvane. Na sequência a secretária da mesa diretora do CMS senhora Neusa Maria Alcântara realizou a leitura dos comunicados e informes da Secretaria Executiva. **INFORMES GERAIS:1)** Convite: II Simpósio de Qualidade do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, com o tema: Custos e Sustentabilidade, a se realizar no dia 28 de junho, das 8:30h às 16:30h, na Mitra Diocesana. Vagas limitadas. As inscrições são gratuitas até o dia 20.06.2012 e podem ser feitas pelo e-mail: dephrhds@saude.sc.gov.br. Informações pelo telefone: (47) 3461-5519 e (47) 3461-5582; **2)** Convite: Workshop com tema: “As Perspectivas do SUS para a Cidade de Joinville”, a se realizar dia 26.06.2012, às 19h, no Auditório da Ajorpeme, com presença da secretária municipal de saúde, Sra Antonia Maria Grigol. Haverá recepção com coffee break e a entrada é franca. Contato e confirmações com Ionara Corrêa, telefone (47) 2101-4130, ou pelo e-mail: ionara@ajorpeme.com.br; **3)** Ofício circular nº 25/12-GESAT-DIVS (Gerência de Saúde do Trabalhador- Diretoria de Vigilância Sanitária), recebido em 05.06.2012, convidando um representante do controle social, ligado à saúde do trabalhador, a participar do “Encontro Macro Sul da RENAST”, a se realizar nos dias 12, 13 e 14 de junho de 2012, em Balneário Camboriú. A secretária da mesa diretora comunicou que o prazo de inscrição para este evento se encerrou em 06.07.2012, então foram convidados para representar o controle social de Joinville, os conselheiros Valmor João Machado e Luiz de Bittencoute; **4)** A Secretaria Executiva informa a necessidade de recompor a Comissão de Ética e Conduta do CMS, sendo necessária a indicação de um representante do segmento usuário e um representante dos demais segmentos. Após consulta feita ao pleno, o conselheiro Sergio Sant'anna, do segmento usuário, manifestou interesse em compor essa comissão. Não houve manifestação para indicação de um representante dentre os demais segmentos do CMS; **SUBSTITUIÇÃO DE CONSELHEIROS.1)** Ofício nº 290/2012-HMSJ (Hospital Municipal São José), recebido em 28.05.2012, indicando como representante suplente o Dr Armando Vieira Lorga, em substituição ao Dr Tomio Tomita; **2)** Ofício nº 05/2012- CLS Jardim Iririú, indicando como seu representante no CMS o conselheiro Maurino Beltrame, e em caso de impossibilidade do mesmo, a conselheira Silvia Wolter o substituirá; **JUSTIFICATIVAS DE FALTA 1)** Correspondência do Sinditherme, recebida em 31.05.2012, justificando ausência de seus representantes na assembleia do dia 28.05.2012, por compromissos com a Força Sindical de Santa Catarina em Florianópolis. Após votação a justificativa foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes; **2)** Correspondência eletrônica de representante do MOPS-SC,

55 justificando sua ausência na assembleia de hoje, por estar participando de atividades do MOPS Nacional. Após votação a justificativa foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. O presidente justificou a ausência da vice-presidente do CMS, senhora Michele de Souza Andrade nesta assembleia, devido sua participação em outro evento no mesmo horário. Na sequência o presidente iniciou a ordem do dia concedendo a palavra à equipe do Programa de DST/HIV/AIDS e Hepatites

60 Virais da Unidade Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville, que realizou a apresentação do item **2.1** A sra Halina Timóteo começou sua explanação apresentando o organograma da Coordenação da Unidade Sanitária onde está inserido o programa DST/HIV/AIDS, ainda foi elencada a equipe técnica do setor de Hepatites virais e os seguintes dados: 3.695 (três mil seiscentas e noventa e cinco) pessoas Cadastradas no Programa – HCV/HBV (2011 – 2012), 31 (trinta e um) pacientes

65 co-infectados (HIV/HBV/HCV), 3.695 (três mil seiscentas e noventa e cinco) pacientes em acompanhamento, destes 3.692 (três mil seiscentos e noventa e dois) são residentes no município de Joinville, 02 (duas) crianças e 10 (dez) gestantes cadastradas, 990 (novecentos e noventa) abandonos ao tratamento e 16 (dezesseis) óbitos (2006 à 2012), 76 (setenta e seis) pacientes em uso de medicamentos (via oral) e 44 (quarenta e quatro) pacientes fazem uso de medicamentos injetáveis que

70 são aplicados na Unidade de Tratamento Assistido (UTA). Foram mostradas fotos da estrutura física deste serviço de saúde. A coordenadora da unidade sanitária, explicou que existe recurso disponível para o financiamento de ações em vigilância, promoção e prevenção das hepatites virais especificados pela portaria nº 2.849 de 2 de Dezembro de 2011. Falou ainda sobre a natureza regionalizada da assistência prestada, conforme deliberação aprovada nº 035/CIB/2012. Foi mostrado o panorama da

75 Rede Assistencial das Hepatites Virais em Santa Catarina, com dados atualizados até o ano de 2011, onde foram destacadas as seguintes informações do município de Joinville: 113 (cento e treze) pacientes tratados (2004-2010), 103 (cento e três) pacientes residentes na cidade e 112 (cento e doze) da região estão em tratamento. Foi citado o laboratório municipal como referência, e a UTA que integra o programa. Na sequência foi apresentado o Plano de Implantação para Assistência Regionalizada em Hepatites Virais de Joinville, iniciando pelo fluxograma da Programação de Ações e Metas (PAM/HIV/AIDS), sendo que a data de solicitação da PAM pela Secretaria Estadual de Saúde (SES) foi 18.04.12, tendo como prazo de entrega da mesma (aprovada pelo CMS) à SES 08.05.12. A descrição da população-alvo tendo Joinville como município de referência: Portadores de hepatites

80 virais residentes nos municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul e Garuva. Objetivo geral: reorganizar o Programa Municipal DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais a fim de prestar assistência como referência em hepatites virais aos residentes dos municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul e Garuva. Objetivos específicos: 1. Elaborar diagnóstico local dos municípios Araquari, Balneário Barra do Sul e Garuva. Resultado Esperado(RE): levantamento de dados epidemiológicos; 2 Levantar o número de profissionais atuantes nestes municípios, para o planejamento das capacitações, RE:

85 Relação de funcionários; 3.Elaborar protocolo/fluxo para atendimento regionalizado e materiais educativos/informativos, RE: Protocolo criado/elaborado; 4.Capacitar os profissionais em diagnóstico, tratamento e acompanhamento, RE: Profissionais capacitados; 5.Capacitar os profissionais em coleta de exames específicos das Hepatites virais, RE: Profissionais capacitados; 6. Adquirir veículo para visitas técnicas nestes municípios, RE: Veículo adquirido. Foi apresentada a descrição das seguintes

90 ações: 1.Levantamento de dados epidemiológicos como: casos suspeitos, confirmados e descartados de hepatites B e C; coinfectedos; números de casos de AIDS e população total dos municípios referenciados, através de pesquisa nas bases de dados do SINAN/SC, IBGE entre os meses de junho e julho do corrente ano; 2.Levantamento do número de médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem da Atenção Básica e Vigilância Epidemiológica dos Municípios, através de pesquisa no setor de

100 Recursos Humanos dos municípios durante o mês de julho do corrente ano; 3. Elaboração de protocolo/fluxo para atendimento regionalizado, através de discussões e tarefas compartilhadas entre Joinville e os demais municípios da área de abrangência, entre os meses de julho e agosto deste ano; 4.Capacitar os profissionais médicos e enfermeiros em diagnóstico e acompanhamento (in loco) durante os meses de setembro e outubro de 2012; 5. Capacitar (in loco) os profissionais enfermeiros e

105 técnicos de enfermagem em coleta dos exames específico, durante os meses de setembro e outubro de 2012; 6. Adquirir em novembro deste ano 01 veículo tipo furgão através de licitação para visitas técnicas nos municípios; 7.Elaborar materiais gráficos educativos/impressão no mês de agosto de 2012; 8.Impressão e encadernação do protocolo, previstas para o mês de agosto deste ano. Foram

então apresentados os insumos necessários para a execução da PAM somando o valor de R\$78.500,00 (setenta e oito mil e quinhentos reais), descritos a seguir: 03 computadores com impressora somando o valor de R\$9.000,00 (nove mil reais); 01 veículo furgão no valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais); Materiais gráficos (folders, banners, faixas, cartilhas, protocolos, manuais), somando R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais); Equipamentos médico-hospitalares (02 balanças analógicas, 04 esfigmomanômetros, 20 termômetros, 10 arquivos de aço, 03 armários tipo vitrine, 02 aparelhos glicosímetros, 02 refrigeradores) somando o valor R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Como proposta para assistência regionalizada em Joinville elencou os seguintes procedimentos: Consultas médicas especializadas conforme protocolo regionalizado e solicitação de exames específicos, já nos demais municípios da área de abrangência: Realização dos exames específicos solicitados; Unidade de Tratamento Assistido; Acompanhamento na Atenção Básica (conforme treinamento in loco). Após a apresentação de slides feita pela senhora Halina Timóteo, o presidente do CMS abriu espaço para esclarecimentos aos conselheiros. O conselheiro Mario Luiz Alves questionou se as 3.695 pessoas estão apenas cadastradas ou são acompanhadas e se queixa da dificuldade de utilização da verba do Programa DST/AIDS. Em resposta a senhora Halina esclareceu que todas as pessoas cadastradas estão sendo acompanhadas pelo programa. Em seguida o conselheiro Sergio Sant'anna elogiou a capacidade técnica e dedicação dos profissionais da unidade sanitária, que mesmo enfrentando dificuldades de trabalho por falta de recursos e má gestão, mantém o Programa DST/AIDS em funcionamento. Ressaltou ainda, a importância do diagnóstico precoce das hepatites, apesar de relatar uma situação onde foi vacinado e fez os exames mas nunca obteve os resultados. Em resposta a senhora Halina orientou o conselheiro Sergio a procurar a Unidade Básica de Saúde (UBS), mais próxima de sua residência (UBS Bakitas) e solicitar os resultados de seus exames. A senhora Roselei Weiss Baade, responsável pela Gerência da Unidade de Vigilância em Saúde (GUVS), esclareceu que o recurso da PAM/AIDS, contempla os casos de hepatites virais em Joinville, o projeto apresentado visa atender aos outros municípios, por interesse estadual. Com relação à vacina da Hepatite B, Roselei esclareceu que qualquer pessoa com idade até 29 anos, onze meses e 29 dias pode ser vacinado em qualquer UBS, pessoas que excedam essa faixa etária devem possuir algum dos indicadores determinados pelo Ministério da Saúde (MS). Prosseguindo as manifestações, o conselheiro Josafá Távora ressaltou a excelência do projeto, questionando os recursos humanos alocados para execução do plano, especificamente o profissional médico do Hospital Municipal São José, que enfrenta sérias limitações e cogita hipoteticamente que consequência teria para o município de Joinville, em caso de não aderir ao projeto. Em resposta a senhora Halina explicou que profissional médica em questão é patologista, tendo participado da implantação do projeto. Roselei esclareceu que não haveria nenhum impacto (vantagens ou desvantagens) para o Joinville no caso de não adesão do município ao projeto. Na sequência das arguições, a conselheira Neusa Maria Alcântara indagou acerca do valor não utilizado da PAM, que está parado em conta bancária, o que está acontecendo para de errado com esta verba que não está sendo utilizada, e perguntou ainda se Joinville consegue atender a sua própria demanda, e de que forma pretende atender outros municípios. Em resposta Halina informou que as ações do projeto apresentado são o andamento à deliberação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), e informa o valor de R\$ 972.231,38 (novecentos e setenta e dois mil, duzentos e trinta e um reais, e trinta e oito centavos) que segundo ela estão sendo utilizados na medida do possível para as ações envolvendo as hepatites e a tuberculose e por esse motivo o setor está respondendo a alguns questionamentos do CMS. Explanou as restrições para destinação de verba que enfrenta em seu trabalho. Roselei esclareceu que o PAM hoje possui dotação orçamentária para atender exclusivamente a população de Joinville e o projeto apresentado atende os municípios da região. Em seguida o conselheiro Lourenço Foss Joenk observou que o município de Joinville não constava nos objetivos específicos do projeto, constatando que sua destinação é regional. Comentou ainda que os cadastros apresentados são apenas de Joinville e questionou se existe o cadastro regional dos usuários atendidos. Lourenço demonstrou preocupação com a ausência de recursos humanos em saúde, e com o fato de Joinville ceder profissionais para o atendimento regionalizado. Finalizando sua manifestação Lourenço perguntou o que será feito para resgatar os 990 (novecentos e noventa) pacientes que abandonaram o tratamento, assim como as possíveis causas desse abandono. Em resposta Halina esclareceu que desde o ano passado a necessidade de novos profissionais está sendo reavaliada, sendo necessários mais um enfermeiro, um técnico de enfermagem e um

farmacêutico, sendo que a secretária da saúde está ciente desta carência. Com relação aos abandonos do tratamento mostrados na apresentação, Halina explicou que esses dados são anteriores
165 ao ano de 2006, quando haviam impedimentos por aspectos legais de realizar ações de busca e resgate dos pacientes evadidos, porém é após esse ano, passou a ser desenvolvido um trabalho de resgate intensivo aos abandonos de pacientes em tratamento. Novamente o conselheiro Lourenço fez uso da palavra e perguntou o que aconteceria no caso da não aprovação deste plano pelo CMS. Halina respondeu que se o CMS não aprovar, simplesmente outro município terá que atender esta
170 demanda. O presidente advertiu que as solicitações de aprovação do CMS estão sendo feitas na última hora e solicitou que os encaminhamentos sejam feitos com antecedência. O conselheiro Euclides Paterno sugeriu a aprovação do plano nesta reunião, mas conselheira Rosilda Veríssimo, sugeriu abstenção do Conselho. Após votação o plano foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes. Na sequência da ordem do dia foi apresentado o item **2.2** A senhora Roselei Weiss Baade, Gerente da Unidade de Vigilância em Saúde, justificou a entrega tardia dos encaminhamentos ao CMS devido à dependência de resoluções do governo estadual. Fez apresentação relativa à exames confirmatórios de HIV e Hepatite B e C, elencando os programas vinculados à unidade sanitária, que são HIV, Hepatites Virais, Tuberculose e Hanseníase. Explicou que os primeiros exames de diagnóstico, solicitados pela Atenção Básica, são de responsabilidade do município, sendo feitos no
180 laboratório municipal. A partir da primeira amostra positiva, os pacientes são encaminhados para consulta especializada, sendo solicitados outros exames confirmatórios para dar continuidade ao tratamento quando necessário, e estes exames são de responsabilidade estadual, sendo feitos pelo Laboratório Central (LACEN). Citou que a situação de aposentadoria sem reposição de recursos humanos vigente na 23ª (vigésima terceira) Gerência de Saúde, causando a diminuição no número de exames realizados, e apontou ainda que desde o dia 26.03.2012 o Estado não possui os insumos necessários (reagente) para a realização do teste confirmatório de HIV. Pontuou que hoje existem quarenta e um pacientes, (entre eles quatro gestantes), com o primeiro diagnóstico positivo para HIV, que precisam ser confirmados pela segunda amostra. Com relação às Hepatites, apesar de possuir todos os insumos necessários, disse que os exames não estão sendo feitos, totalizando uma demanda
185 de dez pacientes aguardando pelo anti-hpv, e outros trinta e cinco aguardam o exame da Hepatite B. Expôs que a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), não dispõe de recurso próprio para custear este tipo de exame, que não é competência do município, sendo que diversas negociações com o Secretário de Estado da Saúde Dr Dalmo Claro de Oliveira se mostraram infruferas, inclusive houve a promessa não cumprida de resolução da questão até o final de maio. Apresentou proposta de utilização do recurso da Programação de Ações e Metas/DST/HIV/AIDS (PAM), temporariamente, para custear esses exames, tentando posteriormente o ressarcimento por parte do Estado. Roselei explicou que o atendimento às gestantes é realizado por meio de um exame de controle da carga viral, mas que esse procedimento é improvisado burlando o sistema que exige o confirmatório, não conseguindo atender da mesma forma os demais trinta e sete pacientes que aguardam na fila. A senhora Halina
190 Timóteo informou que a equipe do Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) realiza a entrega do primeiro exame diagnóstico ao paciente, orientando sobre todas as medidas preventivas necessárias até a realização do exame confirmatório. Manifestações: O conselheiro Euclides Paterno questionou a utilização deste recurso federal para sanar carências de responsabilidade de outra esfera de governo, o estadual. Em resposta a senhora Roselei cita uma resolução da CIB que autoriza temporariamente a alocação desse recurso para outros fins. Na sequência o conselheiro Tônio Tromm se manifestou: *"De quem é a responsabilidade pela saúde do cidadão brasileiro, de que governo, assegurado por qual constituição? Para mim quem não cumpre deveria ser punido, queria saber, de quem é efetivamente essa responsabilidade?"* Questionou ainda se existe a possibilidade financeira do indivíduo comprar o Kit e realizar o seu exame. Roselei respondeu que a responsabilidade pela saúde é dos três entes federados (união, estado e município), nessa situação dos exames confirmatórios é de responsabilidade do Estado e do Ministério da Saúde (MS). Com relação ao segundo questionamento, esclareceu que o paciente até pode comprar o exame, desde que seja prescrito por médico, mas alertou que os exames não são baratos, o que dificulta o acesso de grande parte da população que não dispõe de recursos financeiros para este fim. O próximo conselheiro a fazer uso da palavra foi
200 Josafá Távora, que defendeu a preservação da vida, e demonstrando preocupação com as gestantes, sugeriu uma movimentação do CMS junto ao Ministério Público Federal e Estadual, exigindo a

definição de prazos por parte da Secretaria Estadual de Saúde (SES), para que em caso de não cumprimento, fosse solicitado um termo de ajuste de conduta. Roselei esclareceu que os dispositivos jurídicos necessários já foram acionados, estando na dependência da tramitação dos processos e resoluções por parte do Estado e da União. O conselheiro Edson Sydnei de Campos sugeriu que a SMS resolva a situação, cobrando o valor correspondente do Estado posteriormente. A conselheira Heloísa Hoffmann se colocou no lugar de usuária do SUS, sabendo dos riscos que a demora do exame confirmatório pode acarretar, e manifestou que não gostaria de estar no lugar da secretária de saúde neste momento. Heloísa afirmou que seria negligência deixar de fornecer esses exames por possuir R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) em caixa, que não pode ser usado porque é um recurso carimbado, e sugeriu que a SMS compre os exames necessários e comprove posteriormente que esses exames não estão sendo ofertados pela esfera de governo competente. Heloísa ainda sugeriu que o Conselho Estadual de Saúde tome as providências pertinentes, uma vez que o LACEN atende todo o estado de Santa Catarina, e que nesse momento emergencial, o CMS apóia que se cumpra a Constituição Federal, que garante o direito à vida e saúde, mesmo que o gestor municipal responda juridicamente por gastar um recurso específico em outra prioridade. Após a manifestação dos conselheiros, Roselei considerou a proposta do conselheiro Josafá válida, porém mencionou que vai levar tempo até que se resolva a questão, tendo como melhor opção neste momento emergencial a sugestão da conselheira Heloísa. O conselheiro Edson voltou a fazer uso da palavra questionando: "O CMS pode deliberar o uso deste dinheiro? Mesmo sendo uma verba carimbada?". Rosilei expôs que a preocupação maior neste momento é com o usuário que está sem os devidos exames. O Presidente esclareceu que o CMS é soberano para aprovar ou não o uso da verba do PAM na compra dos exames confirmatórios, uma vez que esse recurso também é disponibilizado para ações dentro do programa DST/HIV/AIDS, solicitando o repasse posterior da Secretaria Estadual de Saúde. Em regime de votação as sugestões explanada anteriormente pelos conselheiros Josafá Távora e Heloísa Hoffmann foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes. Na sequência da ordem do dia, item 2.3 O conselheiro Nelson Renato Esteves fez a leitura do Parecer nº09/12 da Comissão de Assuntos Internos (CAI): "PARECER Nº 009/2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ONG ABRIGO ANIMAL REFERENTE AOS MESES DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2011 Considerando, correspondência da Associação Abrigo Animal encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde de Joinville, contendo a prestação de contas da Instituição referente aos meses de julho, agosto e setembro de 2011; que foi encaminhada documentação completa, inclusive cópias de notas fiscais e cheques, e extrato bancário relativo ao período; que houve reunião com presença de representante da Instituição, no dia 29.02.2012, onde a mesma esclareceu as dúvidas da Comissão referente aos procedimentos de castração dos animais, a captação de recursos, e quanto aos valores das notas fiscais; A CAI sugere a aprovação da prestação de contas da Associação Abrigo Animal, referente aos meses de julho, agosto e setembro de 2011." **O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** Na sequência da ordem do dia o item 2.4 O conselheiro Nelson Renato Esteves faz a leitura do Parecer nº10/12 da CAI: "PARECER Nº 010/2012 Joinville, 11 de abril de 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ONG ABRIGO ANIMAL REFERENTE AOS MESES DE OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2011 Considerando, correspondência da Associação Abrigo Animal encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde de Joinville, contendo a prestação de contas da Instituição referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2011; que representante da Instituição presente em reunião da Comissão no dia 29.02.2012, esclareceu dúvidas da Comissão referente às notas fiscais; que a documentação encaminhada demonstrou transparência; A CAI sugere a aprovação da prestação de contas da Associação Abrigo Animal, referente ao período." **O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** Em prosseguimento à ordem do dia item 2.5 O conselheiro Nelson Renato Esteves faz a leitura do Parecer nº11/12 da CAI: "PARECER Nº 011/2012Joinville, 11 de abril de 2012.REVISAO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ASSOCIAÇÃO DE REABILITAÇÃO DA CRIANÇA DEFICIENTE (ARCD) EXERCÍCIO 2009. Considerando, ofício nº 277/2011-ARCD (Associação de Reabilitação da Criança Deficiente), solicitando ao Conselho Municipal de Saúde a revisão da decisão deste conselho, expressa na Resolução nº 15/2011, de 18.04.11, a qual declara a não aprovação do balanço patrimonial e contábil da Instituição, referente ao ano de 2009; ofício nº 296/2011-ARCD, encaminhando ao CMS documentos relativos à prestação de contas do ano de 2009, para reavaliação do processo; que após



análise a comissão observou que houve alteração dos lançamentos, contudo o resultado final permanece o mesmo; Diante do exposto a CAI sugere a manutenção da deliberação do Pleno, manifestada através da Resolução nº 15/2011." **O Parecer foi aprovado pela maioria dos**

275 **conselheiros presentes.** Como último item da ordem do dia, item 2.6 a secretária da mesa diretora, conselheira Neusa Maria Alcântara, fez a leitura do cronograma de capacitação dos conselheiros de saúde para o segundo semestre, ocorrendo às quintas-feiras, nas seguintes datas 09.08.2012, 23.08.2012, 13.09.2012, 27.09.2012, 18.10.2012, 25.10.2012, 08.11.2012 e 22.11.2012 às 18:30 (dezoito e trinta) Horas, no auditório da SMS. As inscrições devem ser feitas através do email: cms.joinville@gmail.com e/ou telefone: (47) 3481-5181. A secretária executiva do Conselho Municipal

280 de Saúde, senhora Sandra Helena Camilo Bado da Cruz, esclareceu que o tema dos encontros ainda está indefinido, podendo inclusive ser sugerido pelos conselheiros. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Joinville, conselheiro Valmor João Machado deu por encerrada a centésima trigésima sétima Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e trinta minutos, da qual eu, Raphael Henrique Travia, supervisionado pela

285 secretária executiva do Conselho Municipal de Saúde, Sra. Sandra Helena Camilo Bado da Cruz, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os(as) conselheiros(as): **Nicolle Heiden Lutz, Heloísa Hoffmann, Caio Martins Tavares, Edson Sydnei de Campos, Giscard Siervo Conte, Márcia Schneider, Rosilda Veríssimo, Guilherme Ross, Adrian Maurício Stockler Shner, Marineusa Gimeses, Nelson Renato Esteves, Maria Leonora Rossi, Denise da Silva Gava, Elza Olegini Bonassa, Emílio Vidal Baggio Neto, Valmor João Machado, Sergio Sant'anna, Valmor Ribeiro, Terezinha Vieira de Castro, Mario Luiz alves, Neusa Maria Alcântara, Tônio Tromm, Alaíde Correia André, Milton Jaques Zanotto, Euclides Paterno, Pedro Gilberto Lampugnani, Luiz Manoel Ferreira Vasconcelos, Lourenço Foss Joenk, Mario Ivo Maiochi, Josafá Távora, Sirlene Felizardo, Zenir Werlich, Marcílio da Silveira, Pedro Celestino da Silva Júnior, Valdecir**

290 **Kresku, José Declarindo dos Santos**, cinco representantes dos Conselhos Locais de Saúde, representantes do Hospital Bethesda, da Associação de Moradores do Jardim Sofia, da Unidade Sanitária e da Univille.

295